

EconomiABC

Análise de Conjuntura



OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Dezembro/2014

7

Faculdade de Administração e Economia

Ciências Econômicas

EconomiABC

Análise de Conjuntura

Universidade Metodista de São Paulo
Faculdade de Administração e Economia
Curso de Ciências Econômicas
Observatório Econômico

Reitor
Dr. Márcio de Moraes

Diretor da Faculdade de Administração e Economia
Dr. Luciano Venelli Costa

Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas
Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

Coordenador de Estudos
Me. Sandro Renato Maskio

Professores
Me. Sebastián A. B. Escobar

Funcionária
Bruna Romualdo Teixeira

Estagiária:
Vanessa Mayumi Ichiura

www.metodista.br/observatorio-economico

2

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Observatório Econômico ou da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

3

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PANORAMA ECONÔMICO	6
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	8
INFLAÇÃO	12
MERCADO DE TRABALHO	15
COMÉRCIO EXTERIOR	18
OPINIÃO	20

APRESENTAÇÃO

Esta sétima edição do Boletim EconomiABC avalia o desempenho da economia da região do Grande ABC nos três primeiros trimestres de 2014, e as perspectivas para restante do ano e 2015. Este ano, marcado pela realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil e pelo processo eleitoral, tende a encerrar com um baixo crescimento econômico, inflação persistente no topo da meta e déficit na Balança Comercial.

A região do Grande ABC vêm sentindo os efeitos da retração da atividade industrial, especialmente no setor automobilístico. O Observatório Econômico tem procurado analisar o comportamento da economia regional, sem perder de vista sua potencialidade e as expectativas que se encerram sobre ela.

Alunos e egressos envolvidos na elaboração do Boletim:

Comércio Exterior

Amanda Silva Godoy
Gustavo Diaz Garcia

Finanças

Geovana Gonçalves Ferreira
Willian Alves de Souza

Inflação

Anne Caroline Silva Oliveira
Dalvino Torquato dos Reis Junior

Mercado de Trabalho

Cristiane Tiemi da Silva Ganaka
Luís Henrique de Moraes Bezerra

Panorama Econômico

Alex Paulo Lopes Nogueira
Bruna Romualdo Teixeira

Sandro Renato Maskio
Coordenador de Estudos do Observatório Econômico
Universidade Metodista de São Paulo

5

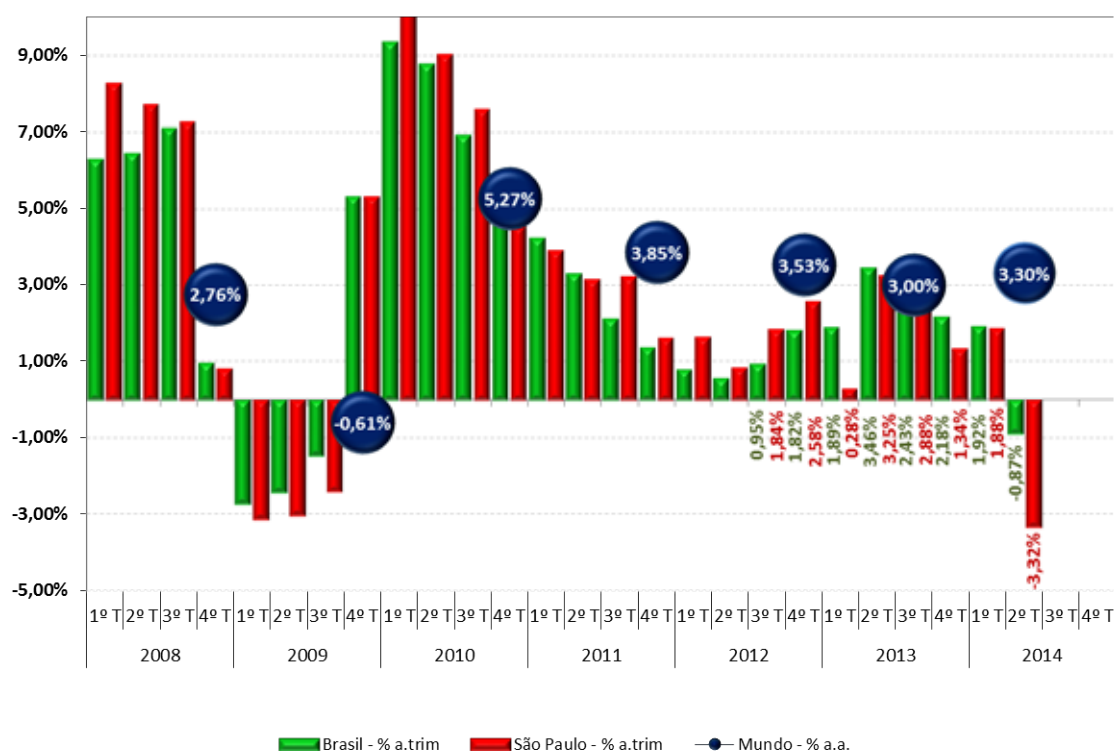
PANORAMA ECONÔMICO

É quase consenso que a economia brasileira atravessa um período crítico, no qual se verifica um comportamento medíocre na atividade econômica, uma inflação preocupante se situando perigosamente em torno do limite superior da meta fixada pelo Governo e, por último, um setor externo apresentando um crescimento do comércio relativamente baixo.

Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) constata-se uma desaceleração que caracteriza uma recessão técnica (dois trimestres consecutivos de queda) mostrando uma diminuição de 0,23 pontos percentuais no primeiro trimestre e de 2,8 pontos percentuais no segundo trimestre de 2014.

O Estado de São Paulo apresentou uma retração de 0,8% no primeiro semestre de 2014, abaixo do desempenho do Brasil, que teve um pequeno crescimento de 0,49% no período. A economia paulista foi afetada especialmente pela retração de cerca de 4,22% da atividade industrial no período, especialmente no setor automobilístico, assim como pela estiagem que afeta principalmente o setor agrícola, levando a uma retração de aproximadamente 9,28%, segundo dados do SEADE.

Crescimento Trimestral do PIB (%)
(comparado a igual período do ano anterior)



FONTE: FMI, IBGE e SEADE

Em nível nacional, o produto interno bruto produzido pela indústria retraiu cerca de 1,39% no primeiro semestre de 2014.

Sobre a inflação, o comunicado do IBGE demonstra que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em outubro variou 0,42%, um pouco menor que os 0,57% apontado no mês de setembro. No acumulado do ano, a inflação registra 5,05% entre janeiro e outubro, acima dos 4,3% de igual período de 2013. Levando-se em conta os últimos 12 meses fechados em outubro, o índice é de 6,59%.

Na primeira reunião após as eleições, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decidiu aumentar a meta da taxa básica de juros do Brasil, e não descarta novos aumentos para amenizar o atual nível inflacionário segundo a Ata divulgada pelo Banco Central. Não podemos descartar, também, os possíveis impactos inflacionários que deverão advir do realinhamento dos preços dos combustíveis e da energia elétrica.

Os resultados da Balança Comercial de janeiro-outubro de 2014, divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apontaram que o total exportado foi de US\$ 191,97 bi, e o total importado foi de US\$ 193,84 bi, ambas 3,7% menor em relação a janeiro - outubro de 2013. No período, a corrente de comércio exterior foi de US\$ 385,8 bi, também 3,7% menor que no ano de 2013. Com esta redução no fluxo e no comércio exterior, o saldo comercial negativo de US\$ 1,87 bi acumulado entre jan-out de 2014 é menor que o déficit de US\$ 1,99 bilhão registrado entre janeiro - outubro de 2013.

O resultado da balança comercial depende muito da movimentação dos preços das commodities. Nesta situação, o Brasil, importante exportador de soja, minério de ferro e de outras commodities, a preocupação é com a "taxa de câmbio real" que depende dos termos de permuta, isto é, da relação de troca entre os preços dos bens exportados e o preço dos produtos importados. A deterioração dos termos de troca surge quando a taxa real de câmbio se desvaloriza, ou seja, quando o preço dos bens exportados cai em relação ao preço dos bens importados.

A redução do crescimento da China e o fraco desempenho da economia no âmbito do Euro estão provocando uma queda significativa dos preços das commodities, como o petróleo e o minério de ferro nos mercados internacionais. Se a situação se agravar com a continuidade da deterioração dos termos de troca, esta afetará negativamente a economia brasileira.

Por outro lado, a situação econômica dos Estados Unidos complica ainda mais o cenário brasileiro. A política monetária nos EEUU tende a relaxar ou simplesmente acabar com o "quantitative easing 3", isto é, o afrouxamento quantitativo. O fim das operações de compra de títulos provocará uma alta na taxa de juros de longo termo dos títulos da dívida pública dos EEUU, o que levará os investidores a realocar a sua carteira de ativos aumentando a participação dos títulos norte-americanos e concomitantemente reduzir a participação dos títulos dos países emergentes, notadamente o Brasil.

7

Esse movimento dos ativos internacionais (realocação) mudando o perfil dos portfólios dos investidores internacionais provocará e acentuará a desvalorização da taxa de câmbio brasileira, fomentando desta maneira a taxa de inflação o que redundará em aumento da taxa Selic.

O Grande ABC também se ressentir desta conjuntura, tendo em vista os efeitos da retração da atividade da indústria, os reflexos sobre a retração do número de empregos e da massa salarial da região e a ampliação do déficit da Balança de Comércio Exterior.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Ainda que os índices de inflação tenham-se mantido reduzidos no 2º trimestre de 2014, em outubro, a inflação acumulada dos últimos 12 meses chegou a 6,59%, superando o teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

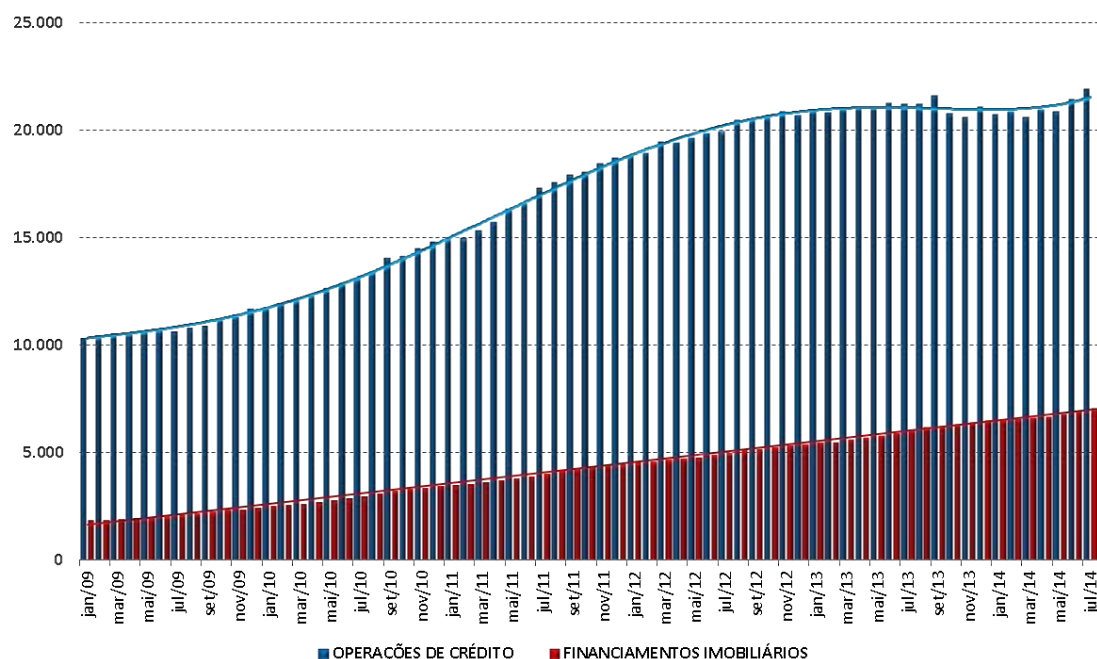
Com o intuito de conter os níveis de inflação, um dos mecanismos de política monetária que o Banco Central tem utilizado é a elevação de forma gradativa da taxa básica de juros (Selic), que subiu para 11,25% na última reunião do Copom.

As operações de crédito na região do Grande ABC no primeiro trimestre de 2014 comparativamente ao mesmo período do ano anterior encolheram 0,85%. O crédito continuou reduzido em 0,34% ainda no segundo trimestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano de 2013. Apesar das retrações no primeiro e segundo trimestre de 2014, comparativamente a 2013, o segundo trimestre de 2014 apresentou uma expansão de 1,70% nas operações de crédito em relação ao primeiro trimestre do ano.

As operações de crédito aumentaram 2,64% e 2,36% nos meses de junho e julho, possibilitando que, no acumulado do ano, o saldo médio de operações de crédito em 2014 ficasse estável em relação a 2013.

Em parte, esta trajetória é reflexo da política que vem sendo adotada pelo Banco Central com vistas a conter a inflação. Recentemente, o COPOM elevou a meta da taxa Selic para 11,25%. Comparativamente ao ano de 2013, as taxas de juros tanto para as pessoas físicas como para as pessoas jurídicas se elevaram.

Operações de Crédito no Grande ABC
(milhões de R\$ de out/2014 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central do Brasil

Ainda que de forma suave, o volume de recursos movimentado via operações de crédito imobiliário no Grande ABC também vêm desacelerando no seu ritmo de expansão, comparativamente aos últimos cinco anos.

Esta estagnação nas operações de crédito refletiu-se sobre a atividade comercial.

No acumulado até agosto deste ano, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) realizada pelo IBGE, a média do desempenho das vendas no comércio varejista aumentou 2,8% no Brasil, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi menor que a expansão de 4,2% observada em 2013, quando a atividade comercial teve a menor expansão desde 2003.

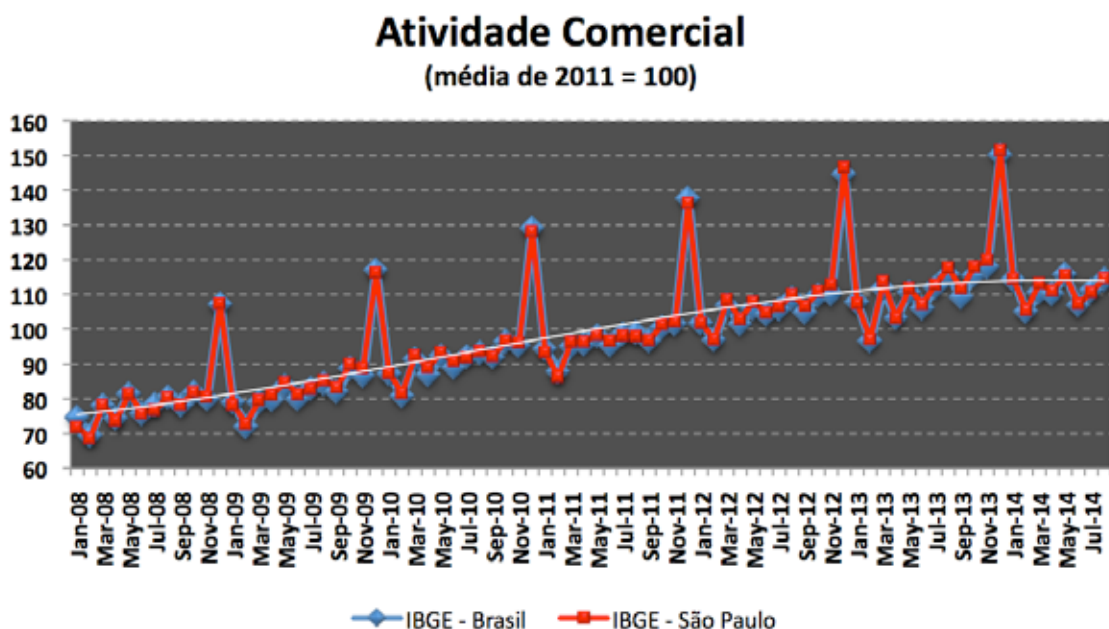
No Estado de São Paulo a atividade comercial cresceu 2,5% no acumulado até agosto de 2014, comparado ao igual período de 2013, segundo a mesma pesquisa realizada pelo IBGE.

Especificamente no segundo quadrimestre de 2014, a atividade comercial no Brasil apresentou uma expansão de 0,80%, enquanto em São Paulo registrou uma pequena queda de 0,27%, segundo dados da PMC do IBGE. Este segundo quadrimestre de 2014 foi o pior quadrimestre desde 2004.

Além da desaceleração das operações de crédito, contribuíram para o pequeno desempenho do comércio no segundo quadrimestre a realização da Copa do Mundo, o elevado nível de endividamento das famílias e a desaceleração na geração de empregos.

9

Neste período, segundo o indicador de atividade comercial da Serasa Experian, os segmentos que apresentaram o pior desempenho comercial em 2014 foram os materiais de construção, vestuários, calçados, carros e motos.



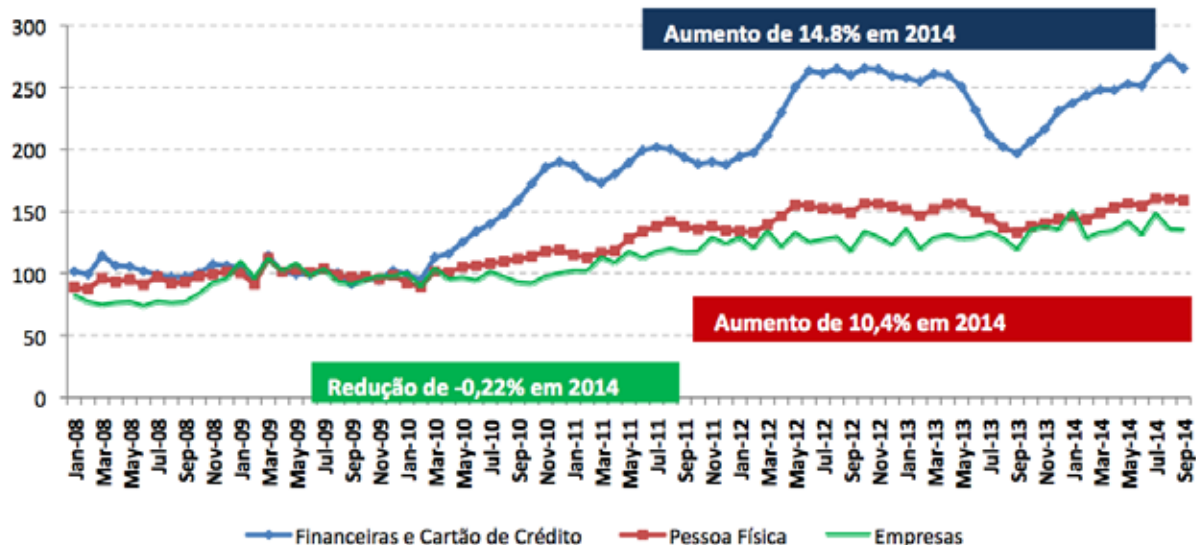
FORNTE: IBGE

Do outro lado, a baixa taxa de desemprego tem impedido flutuações frequentes na massa salarial do país, o que tem favorecido o setor comercial. Entretanto, no Grande ABC, a Pesquisa de Emprego e Desemprego da região (PED – ABC) aponta uma retração da massa salarial neste ano de 2014.

O encarecimento do custo das operações de crédito contribuiu para sua desaceleração. Segundo o indicador de demanda por crédito pelo consumidor da Serasa Experian, somente as famílias com renda entre R\$1.000 e R\$2.000 aumentaram a demanda por crédito. De acordo com a pesquisa da Serasa Experian, nos primeiros nove meses deste ano a inadimplência aumentou 10,4% junto às pessoas físicas. Neste mesmo período o aumento da inadimplência junto às financeiras e operadoras de cartão de crédito foi de 14,8%.

O endividamento médio das famílias brasileiras correspondia a 45,97% da renda anual das famílias em agosto, e o grau de comprometimento mensal da renda com serviços da dívida cerca de 21,47%, segundo o Banco Central.

Inadimplência - Região Metropolitana de São Paulo (média de 2009 = 100)



Fonte: Serasa Experian

Do outro lado, as empresas apresentaram uma redução de 0,22% no nível de inadimplência. A demanda por crédito das empresas aumentou 5,7% neste ano. Somente as empresas médias apresentaram uma redução na demanda por crédito, segundo o indicador da Serasa Experian da demanda das empresas por crédito.

TAXAS DE JUROS (% a.a.)

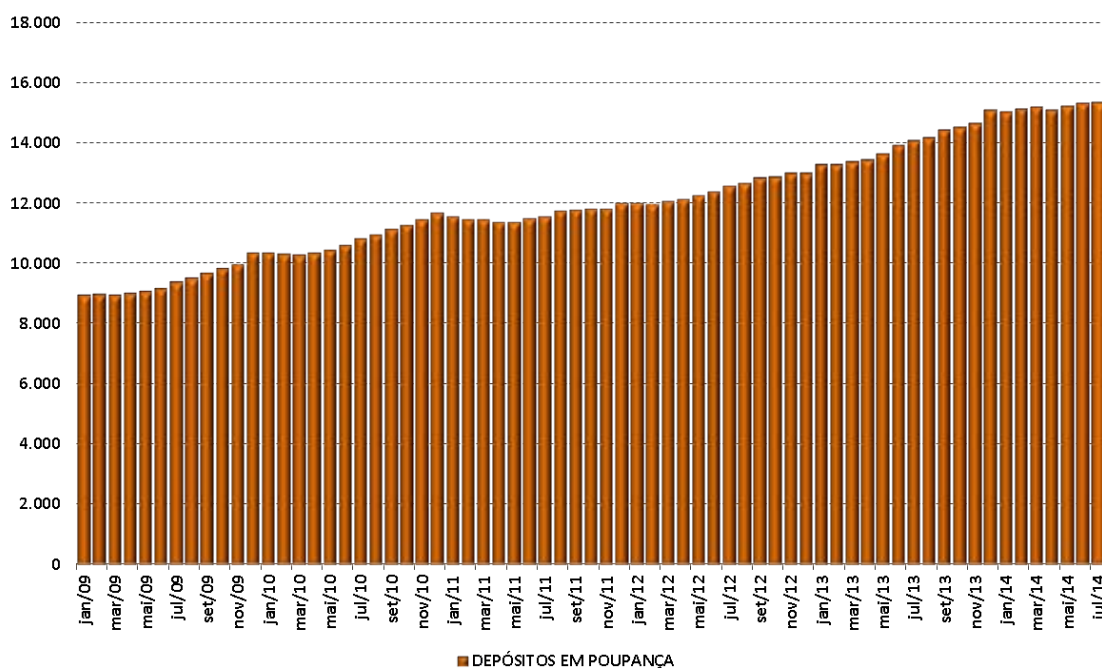
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	jul/14	ago/14	set/14	out/14
Selic	10,75	11,00	7,25	10,00	10,75	11,00	11,00	11,00
TJLP	6,00	6,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Capital de Giro	21,40	20,21	15,05	19,86	21,42	21,41	21,09	21,44
Cheque Especial	170,71	169,60	138,04	147,94	172,36	172,79	183,28	187,79

Fonte: Banco central do Brasil

Do lado dos depósitos de poupança, o saldo continuou a aumentar. A variação acumulada até julho foi de 11,83%, a maior dos últimos 4 anos para o período. Com o encarecimento, com a maior dificuldade de acesso ao crédito e com a retração no mercado de trabalho local, a ampliação dos saldos de poupança aponta para uma leve alteração no comportamento dos indivíduos.

11

Depósito em Poupança no Grande ABC
(milhões de R\$ de out/2014 - deflacionado pelo IPCA)



FONTE: Serasa Experian

INFLAÇÃO

No mês de julho, a inflação medida pelo IPCA acumulada em 12 meses atingiu 6,59%, ultrapassando o teto da meta estabelecida pelo Banco Central, de 6,50% a.a.

Comparado ao primeiro semestre deste ano, quando a média do resultado acumulado em 12 meses esteve abaixo de 6,0% a.a, a inflação demonstra uma elevação de seu patamar em aproximadamente 0,5 ponto percentual. O segundo semestre deste ano deverá fechar com uma inflação acumulada maior que no ano de 2013.

Segundo o relatório Focus da primeira semana de novembro, a expectativa do mercado é que a inflação medida pelo IPCA feche o ano em 6,39%, acima dos 5,91% do ano passado.

Para o ano de 2015, a expectativa do mercado é que a inflação feche o ano em 6,40% e a taxa Selic chegue a 12% a.a.

12

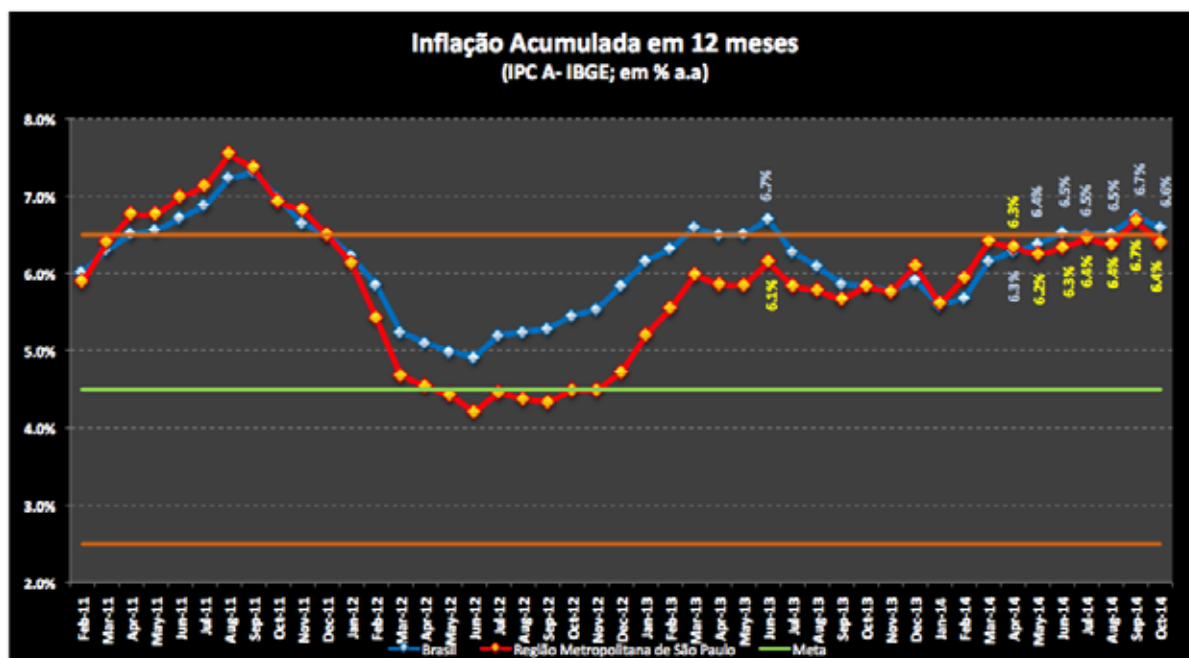
Isto porque, conforme foi comentado na edição anterior do Boletim EconomiABC, o alinhamento de alguns preços administrados que tem sido represados dever impactar na inflação. Os reajustes destes preços estavam sendo adiados exatamente para diminuir seu impacto sobre a inflação acumulada, como dos combustíveis, da energia elétrica e dos medicamentos. Na segunda semana de novembro o governo autorizou o reajuste do preço dos combustíveis.

Nesta discussão, há também o peso dos produtos "non tradables", como os serviços de educação, de saúde, entre outros, que também tem pressionado os níveis de preço. Do lado da oferta, os empregadores têm reclamado do aumento real dos salários acima da inflação e do ganho de produtividade, o que tem encarecido o processo produtivo.

Recentemente, vários economistas, incluindo Delfin Neto e Yoshiaki Nakano, enfatizaram a necessidade de realização de um ajuste nas contas públicas para conter as pressões do desequilíbrio fiscal sobre a elevação da demanda e os níveis de preços.

Estas questões ajudam a explicar, embora certamente não esgotem a discussão, do porquê a elevação da taxa Selic de 7,25% para 11,25% não conseguiu retrair a inflação. Pelo contrário, desde a retomada da taxa básica de juros em meados de 2013, a inflação acumulada apresenta uma tendência de elevação, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Isto reforça a discussão que apresentamos na edição anterior do Boletim sobre a eficácia das ações do governo no combate à inflação. Para muitos analistas a persistência de elevados índices de inflação está no diagnóstico incorreto dos fatores que tem pressionado os preços.



Fonte: IBGE

Na Região Metropolitana de São Paulo a inflação apurada pelo IPCA tem ficado próximo ao teto da meta estabelecida pelo Banco Central. Em outubro, a inflação acumulada em 12 meses na região ficou em 6,38%.

A inflação acumulada de janeiro a outubro deste ano já é de 5,05%, acima do centro da meta de 4,5% a.a. estipulada pelo Banco Central. É importante avaliarmos a condução da política monetária considerando o centro da meta estipulada pelo próprio Governo. A inflação acumulada em 12 meses está acima de 4,5% desde agosto de 2010.

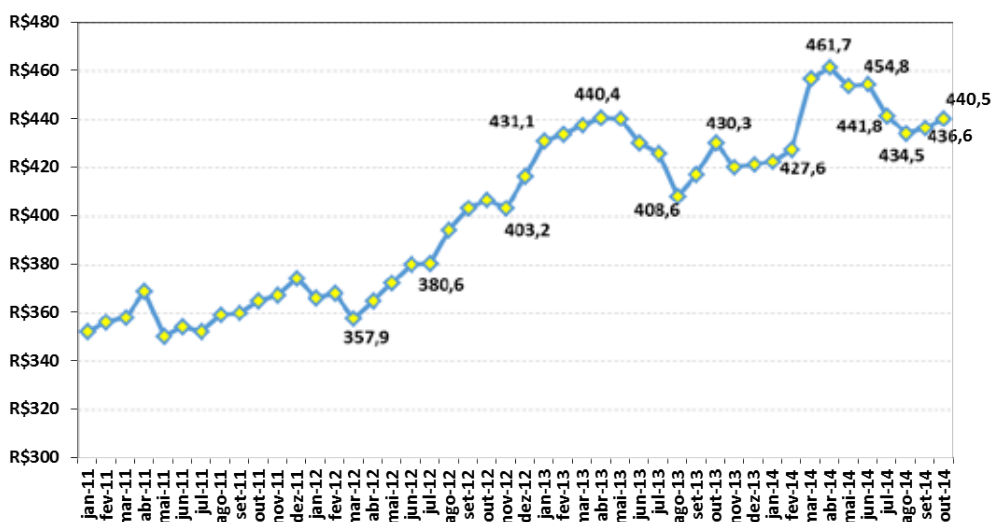
Este contexto torna fundamental que o Banco Central consiga adotar uma estratégia para conseguir ao menos trazer a inflação para o centro da meta. É pertinente ressaltar que a elevação da inflação afeta mais intensamente os mais pobres, dada corrosão da renda e a consequente redução do poder de compra.

Os grupos que mais tem pressionado a inflação neste ano de 2014 são: educação (8,15%), habitação (7,51%), despesas pessoais (7,04%) e alimentação (6,06%), segundo dados IPCA/ IBGE.

Comparado ao início deste ano, a cesta básica na região do Grande ABC ficou mais cara, pressionada pelos preços dos alimentos.

Após apresentar o preço mais caro da série histórica, de R\$461 em abril, o preço da cesta básica reduziu para R\$440 em outubro. Entretanto, este preço é 4,23% maior que o preço apresentado em janeiro.

Cesta Básica - Região do ABC (em R\$)



Fonte: CRAISA

MERCADO DE TRABALHO

Até o final do terceiro trimestre deste ano, o Cadastro Geral de Empregos (CAGED) do MTE registrou a geração de pouco mais de 900 mil empregos formais. Este número é menor que o total de empregos gerados no mesmo período de 2012 e 2013, o que denota uma desaceleração no ritmo de geração de empregos. Esta desaceleração tem sido gerada de um lado pelo baixo crescimento da economia e, de outro, pela rigidez da oferta de mão de obra, tendo em vista os baixos níveis de desemprego.

Com a lenta recuperação e os baixos desempenhos das economias da Europa e dos EUA, somado à desaceleração da China, o Brasil tem apresentado índices de desemprego bastante abaixo destes países, em que os fracos resultados do PIB e da Balança Comercial, o Brasil, mesmo que em menor ritmo, continua gerando emprego e aumentos na renda do trabalhador. A rigidez da oferta de mão de obra, em especial com algum grau de qualificação, tem pressionado a elevação dos salários acima da inflação e dos ganhos de produtividade.

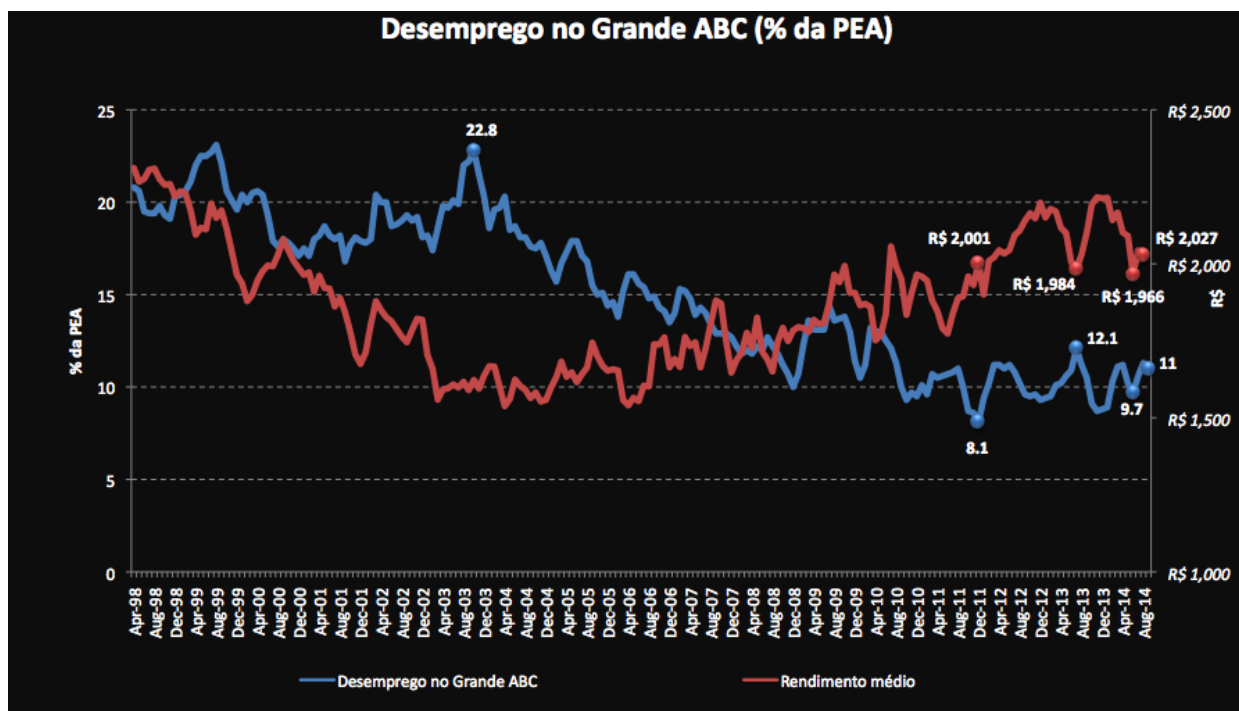
Segundo dados referentes a setembro deste ano, 4,7% da População Economicamente Ativa (PEA) estão desocupadas, segundo dados do IBGE.

O Grande ABC encontra-se em uma situação distinta da nacional, especialmente pelo pífio desempenho da indústria no ano, que nos últimos 12 meses registrou a perda de mais de 220 mil empregos formais no país. Neste mesmo período, a indústria diminuiu pouco mais de 10 mil empregos formais no Grande ABC.

A taxa de desemprego da região medida pelo SEADE, com uma metodologia diferente da utilizada pelo IBGE, registrou a desocupação de 11,0% da PEA em setembro. O salário médio dos trabalhadores ocupados da região reduziu em 8,4%, desde o começo do ano, saindo de R\$ 2.215 em janeiro para R\$2.027 em agosto.

No mês de setembro a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEADE/DIEESE, apurou aumento do nível ocupacional em todos os setores analisados pela pesquisa, o que pode indicar uma recuperação na geração de emprego na região, nos setores que apresentam reduções nos últimos meses. Quanto à queda na massa salarial dos ocupados, ainda segundo a pesquisa, ocorreu devido as reduções do rendimento médio propriamente e, em menor medida, do nível de ocupação.

15



Fonte: SEADE

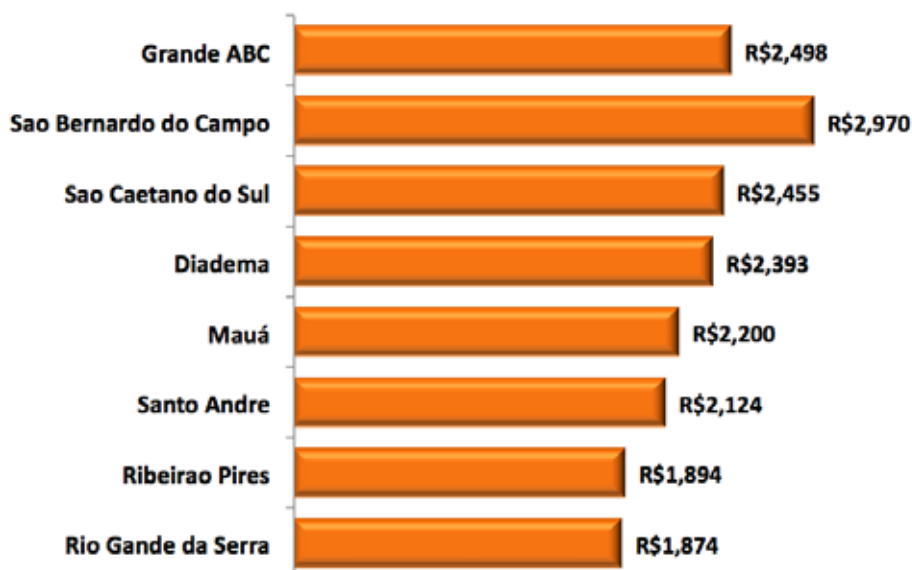
O momento mais difícil apresentado pelo mercado de trabalho da região seja pela redução do salário médio, o aumento do número de pessoas desocupadas ou a incerteza daqueles que estão em disponibilidade (lay-off), alteraram o comportamento do consumidor. Maior precaução e menor disposição em gastar são alguns dos sintomas perceptíveis.

No mercado formal de trabalho, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no acumulado do ano foram fechadas 4.514 postos de trabalho no Grande ABC, sendo a Indústria de Transformação a grande responsável por esse resultado, com o fechamento de mais de 10 mil postos. O saldo só não foi pior graças aos bons resultados dos setores de Serviços (+6.336) e da Construção Civil (+1.065) na geração de emprego.

Ao desagregarmos os dados da Indústria de Transformação, notamos que as quedas nos postos de trabalho estão concentradas no ramo metalúrgico, mais especificamente no segmento automobilístico. O segmento foi fortemente afetado pelo impasse comercial com a Argentina.

Os gráficos a seguir apresentam os salários médios estimados no mercado formal de trabalho no Grande ABC.

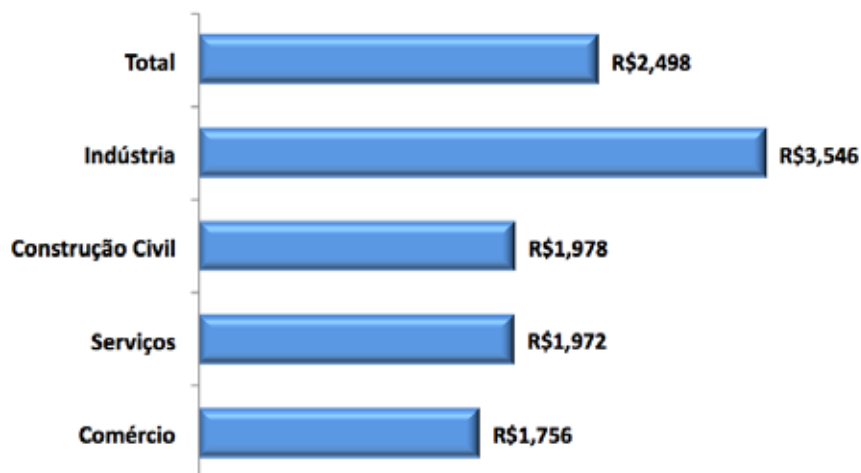
Renda do emprego formal - Out / 2014



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Geograficamente, o município de São Bernardo do Campo possui a melhor remuneração da região, fato devido a concentração de indústrias do segmento automobilístico, especialmente das montadoras. No recorte setorial, com pressão da taxa de desemprego, da queda dos salários no mercado de trabalho e do saldo negativo do mercado formal, resultou em uma leve retração do salário médio da região, que passou de R\$2.886,00 em junho para R\$2.780,00 em julho.

Renda do Emprego Formal no GABC - Out / 2014



Fonte: CAGED / RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Apesar da apreensão quanto as perdas na indústria, ela continua sendo o melhor salário.

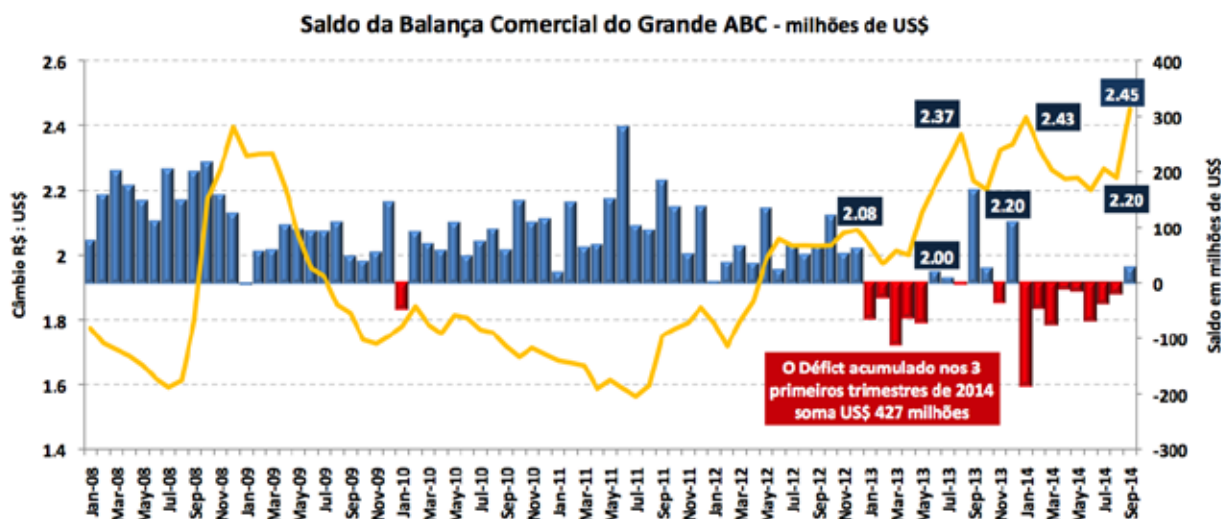
COMÉRCIO EXTERIOR

A Balança Comercial da região fechou o terceiro trimestre deste ano com um déficit de aproximadamente US\$ 427 milhões (FOB). Tudo indica que 2014 deverá fechar o ano com um resultado negativo maior que o do ano passado. O ponto positivo é que após 8 meses de déficit, no mês de setembro houve um superávit de US\$27 milhões.

A Balança Comercial Brasileira também apresenta déficit de US\$695 milhões, menor que o déficit no mesmo período anterior.

Além da taxa de câmbio, embora tenha se desvalorizada nos últimos meses, estão entre os fatores explicativos da deterioração do resultado da Balança Comercial brasileira a redução do ritmo de crescimento das principais economias internacionais, o que reduziu a demanda por commodities e o preço das mesmas no mercado externo.

No Grande ABC, o déficit se concentra nos bens intermediários (insumos industriais, peças e acessórios para área de transporte), resultado da substituição dos fornecedores locais por importados, para atender as cadeias de produção de bens finais. Já o déficit apresentado em bens de capital, com exceção dos equipamentos de transporte, reflete muito mais a redução das exportações da região do que uma ampliação das importações com a finalidade de investimentos.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

No saldo acumulado de 2014 até setembro, enquanto as importações diminuíram 10,8% em comparação a igual período de 2013, as exportações caíram 19,8% no Grande ABC.

18

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC					
Janeiro - Setembro de 2014					
	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SALDO
	US\$ FOB	Var. %	US\$ FOB	Var. %	US\$ FOB
BENS DE CAPITAL	1.117.124.173	-18,7%	962.420.881	-7,5%	154.703.292
Equip. Transporte de Uso Industrial	833.717.536	-17,4%	3.049.473	-0,7%	830.668.063
Bens de Capital (exceto o anterior)	283.406.637	-22,4%	959.371.408	-7,5%	(675.964.771)
BENS DE CONSUMO	569.531.830	-34,5%	322.363.476	4,5%	247.168.354
Duráveis	391.323.097	-41,2%	57.237.176	-0,8%	334.085.921
Não Duráveis	178.208.733	-12,5%	265.126.300	5,7%	(86.917.567)
BENS INTERMEDIARIOS	2.342.717.312	-14,8%	3.179.906.225	-13,2%	(837.188.913)
Insumos Industriais	893.044.257	-7,1%	1.369.776.499	-10,3%	(476.732.242)
Peças e Acess. de Equipamentos Transp.	1.339.926.811	-20,4%	1.756.673.991	-15,8%	(416.747.180)
Alimentos e Bebidas dest. Industria	1.140.842	-21,7%	46.451.883	-4,4%	(45.311.041)
Bens diversos	108.605.402	3,1%	7.003.852	170,1%	101.601.550
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	29.051.780	-56,4%	21.551.099	27,0%	7.500.681
	-		-		
TOTAL	4058425095	-19,8%	4486241681	-10,8%	(427.816.586)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Uma das questões que chama a atenção no resultado da Balança Comercial do Grande ABC neste ano é a redução das exportações, especialmente nos setores automobilísticos e químicos. Ao analisarmos o comportamento das exportações de automóveis, caminhões e produtos químicos da região, observamos que nos últimos três trimestres houve queda no total exportado, comparado a igual trimestre do ano anterior.

No acumulado de 2014, as reduções das exportações foram de 53,15% em caminhões, 22,05% de automóveis, e 21,28% de produtos químicos.

EXPORTAÇÃO DE CAMINHÕES, AUTOMÓVEIS E PRODUTOS QUÍMICOS NO GRANDE ABC						
exportação em US\$ FOB e variação trimestral						
	Caminhões		Automóveis		Químicos	
	US\$ FOB	Var. %	US\$ FOB	Var. %	US\$ FOB	Var. %
1T / 2012	\$109.629.629	--	\$119.662.163	--	\$141.926.567,00	--
2T / 2012	\$103.384.492	--	\$120.472.393	--	\$169.535.059,00	--
3T / 2012	\$138.107.183	--	\$172.671.951	--	\$159.991.751,00	--
4T / 2012	\$150.933.818	--	\$171.625.505	--	\$151.451.826,00	--
1T / 2013	\$93.646.354	-14,6%	\$168.814.775	41,1%	\$143.046.470,00	0,8%
2T / 2013	\$147.788.592	43,0%	\$206.815.461	71,7%	\$165.285.781,00	-2,5%
3T / 2013	\$158.277.254	14,6%	\$265.575.789	53,8%	\$163.413.354,00	2,1%
4T / 2013	\$188.487.131	24,9%	\$165.182.183	-3,8%	\$152.890.951,00	1,0%
1T / 2014	\$111.223.372	18,8%	\$55.098.212	-67,4%	\$131.131.227,00	-8,3%
2T / 2014	\$99.184.858	-32,9%	\$132.765.671	-35,8%	\$134.647.284,00	-18,5%
3T / 2014	\$101.186.699	-36,1%	\$112.519.690	-57,6%	\$105.575.982,00	-35,4%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Parte da redução do empregos da indústria do Grande ABC, apresentado nos itens anteriores, se deve a redução nas exportações, em especial nos setores apontados acima. Estes indicadores, juntamente com a estagnação do crédito e da massa salarial, indicam que o PIB do Grande ABC deve apresentar uma retração no ano de 2014.

O principal desafio à economia do Grande ABC será estimular a atividade produtiva das indústrias, cujos efeitos deverão se espalhar para outros setores, ainda que algumas condicionantes dependam de fatores macroeconômicos.

Neste âmbito, a equipe econômica do governo federal terá de trabalhar para conter os níveis de inflação, bem como para ajustar o orçamento público e seu resultado fiscal, uma das fontes de desequilíbrio que pressionam a inflação, reduz a capacidade de investimento público e a credibilidade junto aos credores.

20

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED E O MERCADO DE TRABALHO DO GRANDE ABC

A Região do ABC é a única região geográfica do país – à exceção das unidades da federação, regiões metropolitanas e capitais de estado – a contar com uma pesquisa domiciliar contínua com periodicidade mensal sobre o mercado de trabalho. Com quase 17 anos de levantamento ininterrupto, a Região do Grande ABC se constitui em um caso privilegiado para estudos e análise sobre as transformações pelas quais passaram a economia e o seu mercado de trabalho.

Nos últimos dez anos a região entrou em uma rota de crescimento e melhorias das condições de vida, cujas repercussões no mercado de trabalho foram o aumento do nível ocupacional, redução das taxas de desemprego e elevações dos rendimentos, da mesma forma que no país como um todo, superadas as instabilidades das décadas de 1980 e 1990.

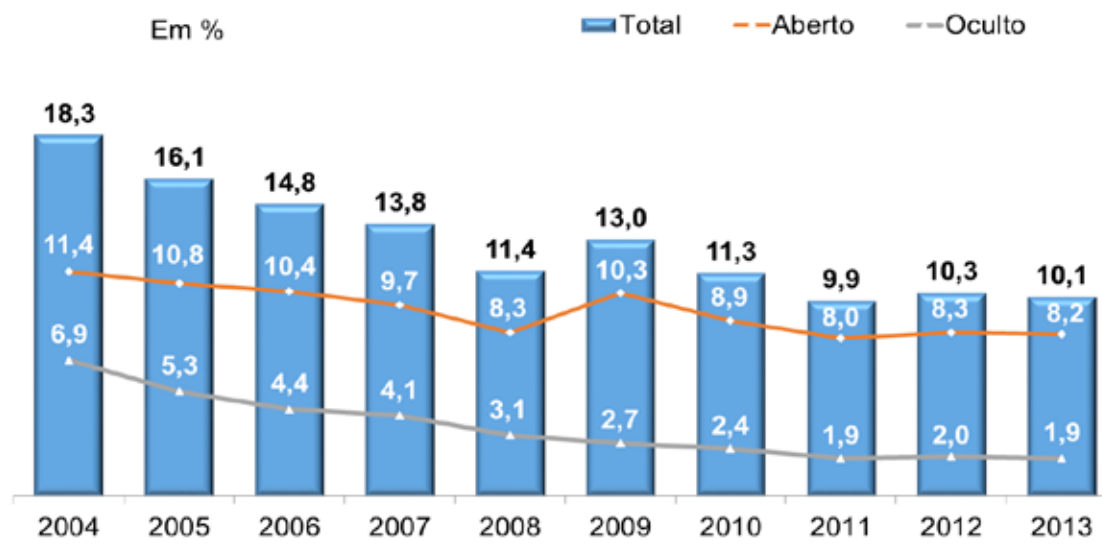
No Grande ABC, segundo a PED, entre 2004 e 2013, enquanto o nível de ocupação aumentou 17,8%, a força de trabalho (PEA) cresceu apenas 7,1%, reduzindo o número de desempregados em mais de 40%. Esses movimentos fizeram com que a taxa de desemprego apresentasse uma tendência declinante, interrompida em 2009 e ficando relativamente estável nos últimos anos (ver Gráfico 1).

Essa relativa estabilidade da taxa, no entanto, foi resultado do crescimento com menor intensidade da força de trabalho em relação ao nível de ocupação, uma vez que a geração de postos de trabalho perdeu seu ritmo nos últimos anos. Como demonstra o Gráfico 2, pelo menos a partir de início de 2012, foram os Serviços que sustentaram o pequeno crescimento do nível de ocupação total, uma vez que a Indústria de Transformação e o Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas apresentaram desempenho bem menos favorável.

É preciso lembrar que essa situação de relativa manutenção dos níveis de atividade, ocupação e da massa de rendimentos, num contexto de grandes dificuldades para a retomada do crescimento em grande parte dos países, somente foi possível como decorrência de políticas anticíclicas que crescentemente sofrem ataques em função de desequilíbrios que acabaram gerando.

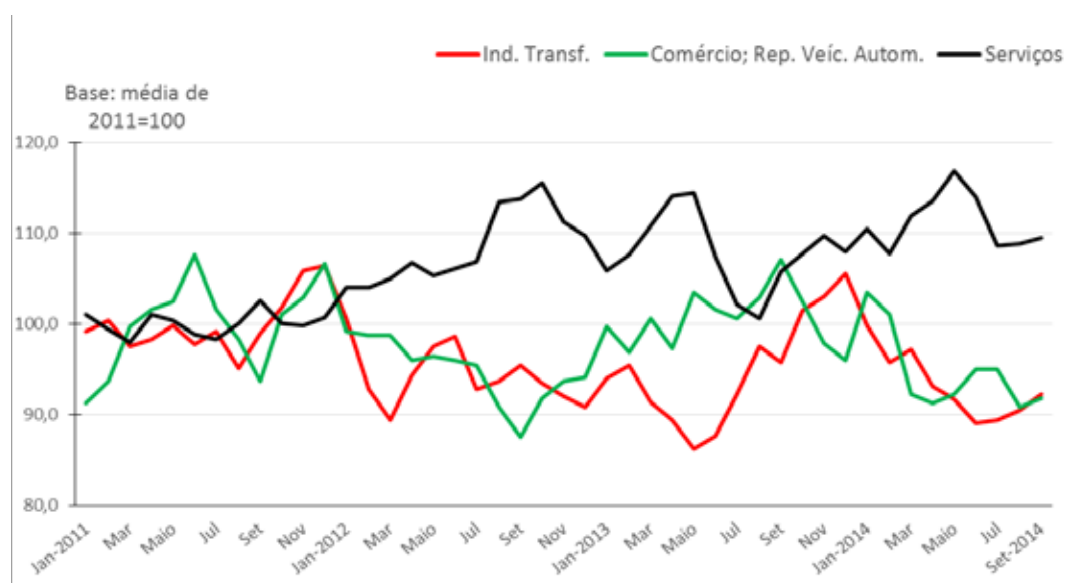
O cuidado que se deve ter nas discussões e nas negociações sobre as alternativas de política econômica para repor a economia no rumo do crescimento sustentado, é distribuir equitativamente os possíveis sacrifícios entre os diversos atores sociais, segundo suas capacidades, de forma a não comprometer os ganhos econômicos e sociais alcançados nos últimos anos.

Gráfico 1
Taxas de desemprego, segundo tipo
Região do Grande ABC – 2004-2013



Fonte: SPDR. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Gráfico 2
Índice do nível de ocupação, segundo setor de atividade econômica
Região do Grande ABC – janeiro 2011-setembro 2014



Fonte: SPDR. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Alexandre Loloian, técnico da Fundação Seade, Coordenador da equipe de análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.
Patrocine esta iniciativa!**

E-mail: observatorio.economico@metodista.br
Tel: 4366-5035

23